

Regulação

Parto normal: ANS e Ministério da Saúde lançam campanha

O Ministério da Saúde (MS) e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) lançaram, nessa terça-feira, a campanha nacional "Parto Normal. Deixe a vida acontecer naturalmente". O objetivo da iniciativa, de acordo com o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, é chamar a atenção para o assunto e conscientizar médicos, mulheres e seus companheiros, operadoras de planos de saúde e toda a sociedade.

Temporão afirmou que o Brasil vive uma "epidemia de cesarianas". Segundo levantamento do Ministério da Saúde, o SUS registrou um índice de 26% de partos cirúrgicos em 2006, enquanto no setor suplementar 80% dos partos foi cesárea. A média nacional de cesarianas chegou a 43%, quando o mínimo recomendável pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 15%. O Brasil é um dos países com o maior índice de partos cesarianos.

O ministro rechaçou o mito de que com o parto cesárea os casais estarão simplificando o processo e de que ele é indolor e mais seguro. "Nós sabemos que o parto cesárea não indicado adequadamente pode gerar sérios problemas de saúde ao bebê e à mãe além de atrasar e interferir no processo de aleitamento materno, que é fundamental para a saúde do bebê", afirmou.

A campanha será veiculada a partir do próximo domingo, Dia das Mães e deve disponibilizar folderes, cartazes, filmes para TV e gravações para as rádios com mensagens sobre o processo do parto normal e a sua importância. A ênfase da campanha está na conscientização de que "tudo tem o tempo certo e que o bebê também tem seu tempo para nascer".

"A cesariana tem indicações técnico científicas, se constitui em avanço da ciência para as situações de risco para a mãe e/ou bebê, mas tem sido comum a cirurgia ser marcada desnecessariamente, sem uma indicação precisa, o que aumenta as chances de complicações e morte para ambos", alertou o médico Adson França, diretor do Departamento de Ações Estratégicas do Ministério da Saúde.

Segundo informações do Ministério, os estados da região Sudeste registram os índices mais elevados de cesariana, totalizando 52% do número total de partos. A região Norte, por outro lado, registra os menores percentuais: 35%. "No Sudeste, o modelo de atenção obstétrica vigente, com maior valorização do parto operatório está mais consolidado. Essa também é a região onde as escolas médicas tiveram papel preponderante de disseminação desse modelo. Na região Norte há um maior número de partos normais", comenta a coordenadora da área técnica de saúde da mulher, Regina Viola. No Amapá a prevalência de partos normais é de 75%.

Parcerias

Uma pesquisa realizada pelo Ministério da Saúde e pela ANS demonstrou que as mulheres grávidas começam a gestação preferindo o parto normal, mas que, com o passar do tempo, essa escolha muda para o parto cirúrgico. Essa constatação levou o governo a focar também a classe médica. O Ministério identificou que uma das causas para o aumento das cesáreas é o menor tempo de assistência médica necessária, em relação ao parto normal.

Pensando nisso, a ANS vai realizar, na próxima quinta-feira (08), um encontro com os médicos, na sede do Conselho Federal de Medicina (CFM), na qual pretende apresentar a campanha e discutir a questão do parto normal junto à categoria.

Na saúde suplementar, as operadoras já tentaram, de acordo com a ANS, aumentar a remuneração do parto normal em até quatro vezes, em alguns casos, mas não houve resposta positiva, uma vez que os índices de partos cirúrgicos permaneceram com altas porcentagens. Para a agência, isso comprova que não se trata de uma questão econômica, mas de uma cultura contra a dor, o "glamour" da cirurgia e a organização da assistência médico-hospitalar.

Para pensar em soluções, a ANS criou um grupo técnico de estudo. Entre as sugestões apontadas, está a presença do acompanhante na hora do parto, aumentando a segurança da mãe – a medida faz parte das inovações do rol de procedimentos da ANS, que entrou em vigor no dia 02 de abril –; o acompanhamento de uma enfermeira; e o conhecimento da equipe multidisciplinar que estará à disposição no momento do parto podem ajudar a gestante a escolher o parto normal.

Os técnicos do Ministério e da ANS consideram que o agendamento de partos, como acontece hoje, e a realização de partos cesarianos sem indicação fere a ética do médico e, se houver algum tipo de punição para tanto, o CFM deverá ser a entidade que vai definir a questão e aplicá-la.

Perigos

Segundo o Ministério, a alta prevalência das cesáreas leva a uma série de prejuízos: para o bebê, para a mãe e para a gestão dos serviços de saúde. Estudos demonstram que fetos nascidos entre 36 e 38 semanas, antes do período normal de gestação (40 semanas) têm 120 vezes mais chances de desenvolver problemas respiratórios agudos e, em consequência, acabam precisando de internação em unidades de cuidados intermediários ou mesmo UTI Neonatal. Além disso, no parto cirúrgico há uma separação abrupta e precoce entre mãe e filho, num momento primordial para o estabelecimento de vínculo.

Para as mães, o parto cirúrgico apresenta mais chances de hemorragia, infecção no pós-parto e uma recuperação mais difícil, além de determinar custos mais elevados e desnecessários para a saúde pública e privada. "Por essas e outras razões, queremos incentivar as mulheres a reivindicar o direito de dar à luz por meio do parto normal, com autonomia, humanização no seu acompanhamento e segurança", afirmou o diretor do Ministério da Saúde, Adson França. (LC)

Em tempo:

- A Bradesco Saúde acaba de lançar a modalidade Bradesco Saúde Concierge, um plano de saúde focado em clientes corporativos do eixo Rio de Janeiro e São Paulo. Entre os benefícios do plano, há a cobertura de até € 30 mil nos 23 países europeus signatários do Tratado de Schengen (Irlanda e Reino Unido não são signatários). Mais do que isto, os viajantes ao exterior poderão ouvir segunda opinião médica fora do País e, quando houver necessidade de importar medicamentos, o pedido poderá ser feito, via fax.

- A Coordenadoria de Defesa do Consumidor da Bahia (Codecon) acaba de firmar um convênio com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), de forma que os técnicos do órgão tenham acesso ao banco de dados nacional da agência. Além disto, os profissionais que lidam com os usuários de planos de saúde darão um atendimento diferenciado, baseado em treinamentos. De acordo com o Codecon, a maior parte dos casos envolve reajustes abusivos, rol de procedimentos

médicos e limite de cobertura. Segundo a ANS, este tipo de parceria está sendo efetuada em outras capitais como Recife, Belo Horizonte, Fortaleza, São Paulo, Florianópolis e Belém. O principal motivo deste tipo de ação, para o órgão regulador, é proporcionar visibilidade junto aos consumidores a ampliar a divulgação de informações como reajuste ou novas regras.

- As operadoras terão até 13 de junho de 2008 para fornecer à ANS as informações requeridas sobre ações de promoção à saúde e prevenção de doenças. Com o intuito de traçar o perfil dos programas de promoção da saúde e prevenção de doenças desenvolvidos pelas operadoras de planos de saúde, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) publicou nesta segunda-feira, 5 de maio, o Requerimento de Informações GGTAP/DIPRO/ANS, solicitando a todas as operadoras que respondam a um questionário sobre suas ações de promoção e prevenção. As empresas que não atenderem adequadamente ao requerimento no prazo estabelecido, estarão sujeitas às penalidades previstas na legislação em vigor. Foram solicitadas informações sobre ações de promoção e prevenção nas áreas de Saúde da Criança, do Adolescente, Saúde do Adulto e do Idoso, Saúde da Mulher, Saúde Mental e Bucal. A informação é da ANS.